

HABEAS CORPUS Nº 492.699 - SP (2019/0038543-5)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : LEANDRO DE CASTRO SILVA - SP258372
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CLEVERSON LUIZ GIMENEZ QUEIROZ (PRESO)

EMENTA

EXECUÇÃO PENAL. *HABEAS CORPUS*. UNIFICAÇÃO DE PENAS. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA A CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL PARA TANTO (RESP N. 1.557.461/SC). ENTENDIMENTO PACIFICADO NO ÂMBITO DA TERCEIRA SEÇÃO DESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.

Ordem concedida, liminarmente, nos termos do dispositivo.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Cleverson Luiz Gimenez Queiroz** - cumprindo pena privativa de liberdade em regime fechado -, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo (Agravado de Execução Penal n. 0003333-56.2018.8.26.0154), que negou provimento ao agravo em execução ali interposto pela defesa, mantendo a decisão do Juízo de Direito da Vara de Execuções Criminais da comarca de São José do Rio Preto/SP, que fixou como data-base, em razão da unificação de penas, a data do trânsito em julgado da última condenação definitiva (fl. 113).

Alega a impetrante, em síntese, que *o E. Tribunal de Justiça, contrariando o entendimento jurisprudencial do C. Superior Tribunal de Justiça, manteve a decisão homologatória do cálculo com a interrupção para fins de progressão de regime e livramento condicional a partir do trânsito em julgado da última condenação* (fl. 3).

Postula, então, o deferimento de medida liminar para que *o cálculo*

de penas para progressão de regime seja realizado sem a interrupção decorrente da unificação de penas a partir do trânsito em julgado do último delito, mas sim da data da prática da última falta grave, nos termos da súmula nº 534, do Superior Tribunal de Justiça e, no que tange o livramento condicional, que o cálculo tome por base o início de cumprimento da pena, nos termos da súmula nº 441, do Superior Tribunal de Justiça (fl. 6).

É o relatório.

A ordem deve ser liminarmente concedida.

Com efeito, as instâncias ordinárias entenderam que, sobrevindo nova condenação ao cumprimento da pena, deve o prazo para a obtenção de novos benefícios da execução ser interrompido (fls. 113 e 140):

[...]

É pacífico, no Supremo Tribunal Federal, o entendimento de que a unificação das penas acarreta a interrupção do prazo para a obtenção de benefícios da execução penal, de maneira que o novo termo inicial passa a coincidir com o trânsito em julgado da última condenação, não importando se o delito tenha se consumado anterior ou posteriormente ao início da execução penal.

[...]

[...]

Assim, deverá ser considerado como marco interruptivo a data do trânsito em julgado da última condenação, cf. a orientação pretoriana apontada.

[...]

Ocorre que tais decisões estão em dissonância com a orientação firmada pela Terceira Seção desta Corte Superior, no recente julgamento do REsp n. 1.557.461/SC, no sentido de que a alteração da data-base para benefícios em razão da unificação de penas não encontra respaldo legal.

Ante o exposto, **concedo liminarmente** a ordem impetrada para cassar o acórdão hostilizado e a decisão de primeiro grau, determinando-se que seja realizado novo cálculo para fins de concessão de benefícios da execução,

observando-se a data-base anterior à decisão que determinou a unificação de penas.

Comunique-se com urgência.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

